

# CONSENSUALIDADE E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

 [journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/eufrasio2021](http://journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/eufrasio2021)

## Autores

Gabriel Leite de Paula Eufrásio Centro Universitário Ibmec - RJ

## Palavras-chave:

consensualidade, improbidade administrativa, acordo de não persecução cível

## Resumo

O Direito Administrativo brasileiro está em constante transformação. A clássica ideia que concebe a Administração Pública dotada de prerrogativas em face do particular, sendo pautada numa verticalização de matriz autoritária, não se sustenta mais. O princípio da “Indisponibilidade do Interesse Público” se apresentava como um óbice à possibilidade de a Administração Pública efetuar acordos. Todavia, tanto do ponto de vista legal quanto doutrinário, tornou-se possível a atuação da Administração Pública pautada na consensualidade administrativa. Assim, no âmbito das ações de Improbidade Administrativa não seria diferente. O advento da Lei 13.964/2019 tornou possível transacionar nesses tipos de ações (embora fosse uma realidade para o Ministério Público). Assim, o objetivo da presente pesquisa é: (i) analisar o desenrolar da doutrina administrativista que enveredou rumo à consensualidade; (ii) promover contornos a respeito do acordo de não persecução cível; e (iii) analisar as mudanças no acordo de não persecução cível que o PL 10.887/18 (PL 2.505/21, no Senado Federal) propõe na Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92). A presente investigação terá como base os meios de pesquisas documentais e bibliográficos. Serão utilizados projetos de lei, leis, decretos, jurisprudências, resoluções, trabalhos acadêmicos e livros. Visualiza-se, preliminarmente: (i) o rompimento do paradigma que impossibilitava a consensualidade no Direito Administrativo brasileiro; (ii) a consonância do legislador, da doutrina administrativista contemporânea e da jurisprudência brasileira a respeito da possibilidade do acordo de não persecução cível em ações de Improbidade Administrativa; e (iii) por fim, visualiza-se a intenção do legislador em regular, ainda que de forma mínima, o acordo de não persecução cível no PL 10.887/18 (no Senado Federal, PL 2.505/21). De forma preliminar, conclui-se que o acordo de não persecução cível concretiza maior celeridade às ações de Improbidade Administrativa. Nessa toada, a consensualidade, no Direito Administrativo brasileiro, está cada vez mais se tornando essência desse ramo jurídico.

## Downloads

Não há dados estatísticos.

## Biografia do Autor

---

### Gabriel Leite de Paula Eufrásio, Centro Universitário Ibmec - RJ

---

Assessor no CRMV-RJ. Pesquisador no Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo - GDAC. Estudante de graduação em Direito pelo Centro Universitário Ibmec. Estudante de graduação em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Tem interesse nas seguintes disciplinas: Direito Administrativo, Direito Regulatório e Análise Econômica do Direito (Law and Economics).

<http://lattes.cnpq.br/9575082393100323> | gabrielleite-97@hotmail.com

## Referências

---

BINENBOJM, Gustavo. Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. Belo Horizonte. Editora Forum. 2016.

\_\_\_\_\_. A consensualidade administrativa como técnica juridicamente adequada de gestão eficiente de interesses sociais. REVISTA ELETRÔNICA DA PGE-RJ.

<https://revistaelectronica.pge.rj.gov.br/pge/article/view/19>, 2020.

CYRINO, ANDRÉ; VORONOFF, A. ; KOATZ, R. L. ; DEFANTI, Francisco ; KNEBLE, Luísa. SUPERANDO VELHOS DOGMAS: CABIMENTO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS EM AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Rio de Janeiro. Escola Superior de Advocacia - ESA - OAB/RJ, 2019.

MOREIRA NETO, D. de F. Novos institutos consensuais da ação administrativa. Revista De Direito Administrativo, 2003. p. 129-156.

OSÓRIO, Fábio Medina. Natureza jurídica do instituto da não persecução cível previsto na lei de improbidade administrativa e seus reflexos na lei de improbidade empresarial. Migalhas. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/321402/natureza-juridica-do-instituto-da-nao-persecucao-civel-previsto-na-lei-de-improbidade-administrativa-e-seus-reflexos-na-lei-deimprobidade-empresarial>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

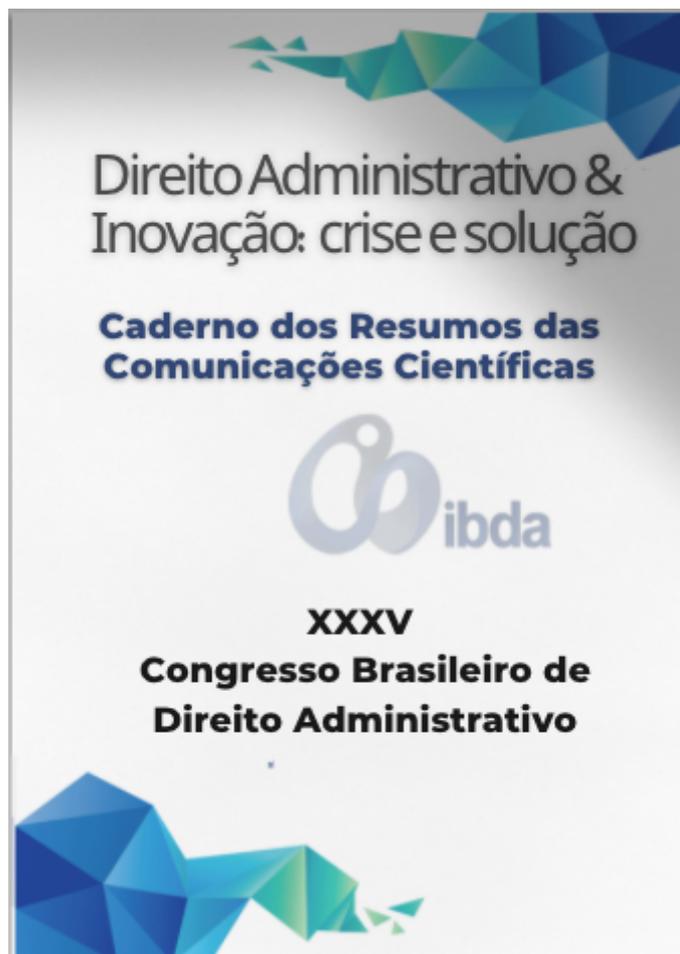
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. Método, 2020.

OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de. Neorrepública e corrupção: elementos para a governança da ética pública no Brasil. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 3, 2019. p. 225-245.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. Sanção e Acordo na Administração Pública. 1ª ed. São Paulo. Editora Malheiros, 2015.

RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de (Orgs.). *MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*. Curitiba: CRV, 2018.

SADDY, ANDRÉ; GALIL, J. V. T. Submissão ao sancionamento por improbidade administrativa e equiparação aos “funcionários públicos” para efeitos penais em caso de mau uso ou uso indevido dos recursos orçamentários e financeiros. *REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO*, v. 8, 2021. p. 1-22.



## Downloads

---

[DOI:10.5281/zenodo.5571493](https://doi.org/10.5281/zenodo.5571493)

## Publicado

---

13.10.2021

## Edição

---

[Direito Administrativo e Inovação: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo](#)

## Seção

---

## Categorias

---

## Licença

---

Copyright (c) 2021 Gabriel Leite de Paula Eufrásio



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Artigos Semelhantes

---

Betieli da Rosa Sauzem Machado, Chaiene Meira de Oliveira, [TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DA GOVERNANÇA MULTINÍVEL COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E INDUÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO](#), [Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - Repositório do IBDA: Direito Administrativo e Inovação: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

